

## Sindicatos do Pactu se reuniram em Umuarama

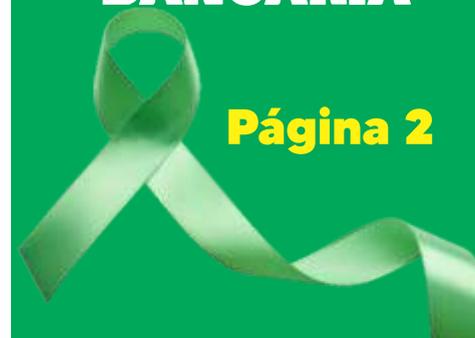


Os sindicatos do Pactu (Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava) se reuniram em Umuarama, no dia 08/04, e debateram assuntos de interesse da categoria bancária. Wendrel Minare Vieira, coordenador do Pactu e atual presidente do Sindicato dos Bancários de Paranavaí, presidiu a reunião. Um dos temas, por exemplo, foi a melhoria da comunicação dos Sindicatos com as bancárias e bancários, incluindo propostas de melhorias no Jornal Pactu. Também foi discutido sobre as negociações com o Itaú para o pagamento da Bolsa Educação e a agenda Pactu 2026. O planejamento das entidades prevê reuniões bimestrais ao longo do ano. A próxima reunião ficou indicada para o dia 11/06, em Guarapuava.



Acesse e leia mais!

**ABRIL VERDE  
ACENDE UM  
ALERTA PARA  
A CATEGORIA  
BANCÁRIA**



**Página 2**

**Caixa volta a  
custear exames  
no PCMSO**



**Página 3**

**BB É CONDENADO POR SUBSTITUIR  
EMPREGADOS POR ESTAGIÁRIOS**

**Página 3**

**Bolsa Família  
combate as  
desigualdades e  
ajuda a economia**

**Página 4**

## Marcha a Brasília

# Trabalhadores reivindicam redução da jornada e justiça tributária

Foto: Beatriz Drague Ramos/Brasil de Fato



A redução da jornada de trabalho e a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e sobre os valores pagos a título de PLR, serão as principais bandeiras da Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília, no dia 29 de abril. Organizada pela CUT e demais centrais sindicais que fazem parte do Fórum das Centrais Sindicais, a Marcha será uma das diversas atividades a serem desenvolvidas durante o mês de abril, em várias regiões do

país. A intenção é resgatar e fortalecer a importância do 1º de Maio (Dia do Trabalhador) para a classe trabalhadora. E, ao mesmo tempo, atualizar a pauta de reivindicações e as bandeiras de luta. As centrais sindicais também programam atos políticos-culturais em todo o país no dia 1º maio, entre eles, uma concentração e um seminário internacional em Foz do Iguaçu, promovido pela CUT Paraná.

## Abril Verde acende um alerta

A rotina intensa, marcada por prazos apertados e a constante pressão por resultados, é uma realidade compartilhada por bancárias e bancários em todo o país. Em meio a esse cenário desafiador, o mês de abril ganha um significado ainda mais profundo com a chegada do Dia Mundial da Saúde, celebrado em 7 de abril. Criado em 1948 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Dia Mundial da Saúde acendeu o alerta sobre a necessidade de priorizar a saúde física e mental dos trabalhadores. Para a categoria bancária, a convergência com o Abril Verde explicita a urgência de um debate contínuo e da implementação de medidas efetivas. Uma pesquisa com a categoria realizada em 2023 pela Universidade de Brasília (UnB), revelou que 76,5% dos entrevistados relataram ter enfrentado ao menos um problema de saúde relacionado ao trabalho. Nos últimos anos a saúde tem sido um dos temas mais importantes nas campanhas salariais da categoria bancária. A Contraf-CUT tem cobrado menos pressão, menos metas e ambientes de trabalho que favoreçam o bem-estar integral, com políticas de prevenção, acompanhamento e apoio aos profissionais bancários. Um marco importante dessa luta foi a inclusão explícita do termo "assédio moral" nas negociações da renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), em 2024, reconhecendo a relação direta do assédio com o adoecimento.



## DIEESE:

# Isenção do IR aumenta o consumo e melhora a economia do país

De autoria do governo federal, o Projeto de Lei nº 1.087/2025 que propõe isenção total do IR para pessoas com renda mensal de até R\$ 5 mil e isenção parcial para trabalhadores com renda de até R\$ 7 mil, está em trâmite na Câmara dos Deputados. Caso seja aprovado, o acréscimo anual na renda será de R\$ 4.170, praticamente um 14º salário. Significa que haverá mais renda no bolso das pessoas, mais consumo, economia aquecida e geração de emprego. A análise foi feita pelo economista Gustavo Cavarzan, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), na reunião do Coletivo Nacional de Relações do Trabalho da Contraf-CUT, no dia 03/04. O economista lembrou que a estrutura de tributação atual do Brasil é muito desigual porque afeta bem mais o consumo e sobrecarrega os mais os pobres. Ao mesmo tempo, afeta muito pouco as pessoas com altíssimos rendimentos. Por exemplo, 80,73% dos rendimentos de 0,06% da população mais rica do país (141 mil pessoas) e com renda anual superior a R\$ 600 mil, não são tributados e isso se dá, principalmente, porque, atualmente, lucros e dividendos são isentos de impostos no Brasil. "Essa distorção faz com que os mais ricos paguem uma alíquota efetiva de apenas 2,54% de sua renda, praticamente o mesmo que paga um motorista (2,2%) e muito inferior ao que pagam um bancário (7,2%) e um professor do ensino médio (9,6%), por exemplo", completou o economista.

### AMPLIAÇÃO DA ISENÇÃO DO IR SIMULAÇÃO DOS IMPACTOS:

SALÁRIO BRUTO (R\$)	IRRF 2024 SEM DESCONTO	DESCONTO DA PROPRIETA	IRRF 2025 COM DESCONTO	ACRÉSCIMO MENSAL NA RENDA	ACRÉSCIMO ANUAL NA RENDA
3.000	nenhum	nenhum	nenhum	-	-
3.800	30,76	30,76	nenhum	30,76	330,00
4.000	114,76	114,76	nenhum	114,76	1.325,00
4.300	200,39	200,39	nenhum	200,39	2.404,23
4.800	312,89	312,89	nenhum	312,89	4.110,00
5.000	436,80	254,66	202,14	254,66	3.028,05
6.000	582,04	190,44	406,20	190,44	2.085,33
6.500	680,80	18,23	602,67	78,23	1.042,69
7.000	790,00	0,00	790,00	-	-

\*Estimativas feitas pela Subseção do DIEESE na CONTRAF-CUT  
Fonte:Contraf-CUT



**BANDEIRA DA CUT** – O aumento da faixa de isenção do IR é uma reivindicação antiga da CUT. Nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) não houve qualquer mudança. Durante a campanha, o presidente Lula assumiu o compromisso de corrigir as distorções do sistema tributário e, entre elas, isentar o IR para quem ganha até R\$ 5 mil. Para a Contraf-CUT, que acompanha toda a discussão no Congresso Nacional, a mudança vai garantir que milhões de trabalhadores tenham uma melhor qualidade de vida.

# BB é condenado por substituir empregados por estagiários

O Banco do Brasil terá que pagar o valor de R\$ 300 mil, a título de indenização por dano moral coletivo. A decisão foi tomada por unanimidade pela 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TRT). O banco foi penalizado pelo uso indevido de estagiários em suas agências. Segundo o Ministério Público do Trabalho, autor da denúncia, ficou constatada a utilização dos estagiários para o desempenho de funções burocráticas, desvinculadas de seus cursos acadêmicos, com o propósito de substituir empregados regulares e, conseqüentemente, reduzir custos. A Justiça concluiu que a conduta do BB configura desvio de finalidade do programa de estágio, prejudicando os estudantes e a coletividade. Diante disso, impôs a condenação por dano moral coletivo. O Banco do Brasil recorreu, argumentando que a condenação era desproporcional e que não havia dano à coletividade, mas teve o recurso negado. O TST destacou o caráter pedagógico da indenização e sua função de alerta para evitar a repetição da prática.



Acesse e leia mais!

**A Justiça concluiu que a conduta do BB configura desvio de finalidade**



## Banco Mercantil reabre agências no Paraná

Num momento em que a categoria bancária se vê num cenário preocupante com o acelerado processo de fechamento de agências e aumento das demissões em alguns bancos, surgiu, nos últimos dias, uma boa notícia do ponto de vista social e econômico: o Banco Mercantil (nova bandeira do Banco Mercantil do Brasil - BMB) anunciou um projeto de expansão que inclui a abertura de agências nas principais cidades das regiões Sul e Sudeste do país. No Paraná, o banco terá presença física nas cidades de Londrina, Apucarana, Umuarama, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Toledo. Do ponto de vista da geração de postos de trabalho, é uma notícia para ser comemorada. Porém, os Sindicatos do Pactu, que receberam três unidades dessa nova fase do banco, voltado agora para clientes com mais de 50 anos, estarão monitorando as novas agências. Elas foram inauguradas sem vigilantes nem porta giratória, sob a justificativa de que não possuem numerário, embora possuam caixas eletrônicos.

## Caixa volta a custear exames no PCMSO

No dia 03/04, os empregados da Caixa Econômica Federal foram comunicados de mudanças no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), que é exigido pela Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7) para proteger a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. No novo PCMSO da Caixa está previsto a realização de exames laboratoriais e específicos (PSA, mamografia digital, Papanicolau) e consultas com especialistas em urologia e ginecologia. Tanto os exames, quanto as consultas, serão totalmente custeados pelo banco, sem ônus ao Saúde Caixa. A mudança atende à reivindicação do movimento sindical.

## Bolsa Educação Itaú segue negando pagamento



O movimento sindical classificou como “descaso” a postura do banco Itaú, que voltou a negar o pagamento da bolsa educação a centenas de bancárias e bancários em várias partes do Brasil. Em reunião realizada dia 03/04, da qual participaram a Fenaban, o Itaú, a Fetrafi-MG, Fetec-CUT/PR e Fetec Centro Norte, os representantes dos trabalhadores cobraram humanidade do banco e respeito a um direito conquistado há mais de 20 anos. O Itaú

continua usando o “fim da ultratividade” como justificativa para deixar de pagar o auxílio a bancárias e bancários das bases que se recusaram a assinar um “acordo-armadilha”. Os sindicatos insistiram na cobrança pelo retorno da bolsa educação e o banco afirmou que iria reavaliar a reivindicação. Até o fechamento desta edição o banco não havia confirmado a data da próxima negociação.



Acesse e leia mais!

# Bolsa Família combate a fome, a desigualdade e ajuda a economia



**Como milhares de famílias brasileira conseguiram sair da miséria absoluta e ascender socialmente, conquistando emancipação financeira e emprego estável?**

A resposta é simples. De 2023 para cá, o governo voltou a investir em programas sociais, principalmente os de transferência de renda, como o Bolsa Família, com isso também reduzindo significativamente o número de famílias em condições de vulnerabilidade social.

Enquanto uma parte da sociedade, sobretudo da mídia comercial e de camadas economicamente dominantes, continua afirmando que ações sociais como o do Bolsa Família servem apenas para “beneficiar

desocupados”, os números provam o contrário: em fevereiro deste ano, o programa alcançou 20,7 milhões de famílias, a maioria com benefícios adicionais para crianças, gestantes, nutrízes, viúvas, mães solo e outros grupos em situação de vulnerabilidade social. Desde a sua criação, em 2003, o Bolsa Família foi fundamental na luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade e continua fazendo parte de um

conjunto de medidas voltadas a reverter cicatrizes históricas do país relacionadas à exclusão social. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) dos quase 1,7 milhão de empregos com carteira assinada criados em 2024, 75,5% foram ocupados por beneficiários do Bolsa Família. Os dados demonstram a importância de programas sociais de distribuição de renda e derruba os argumentos de quem os critica. Até porque, quem faz a seleção dos beneficiários e a fiscalização do programa não é o governo federal, mas as prefeituras. Outro dado

relevante é que os benefícios do programa não se limitam ao beneficiário direto, mas também se estendem à sociedade. Em 2019, por exemplo, um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostrou que para cada 1% do Produto Interno Bruto aplicado na execução do Bolsa Família, há um aumento de 1,78% na atividade econômica do país. **(Acesse o QR Code, acima, e leia mais sobre este assunto)**



**Acesse e leia mais!**

# Transferência de renda pelo mundo

Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda no mundo, já adotado em mais de 80 países, com um modelo que condiciona o beneficiário à vacinação das crianças e à frequência escolar. Em diversos países, como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Uruguai e outros, as famílias pobres contam com ajuda governamental através de transferência de renda. No Equador, por exemplo, o programa “Bônus de Desenvolvimento Humano”, também criado no ano de 2003, atende hoje 5,9 milhões de pessoas, o que representa 37,2% da população. Na Argentina 8,2 milhões de pessoas ou 19,8% da população chegaram a ser beneficiadas por programa semelhante, mas a vitória da extrema direita nas últimas eleições presidenciais reduziu os investimentos sociais no país. A pobreza não é uma questão que preocupa apenas os países menos desenvolvidos. Entre as dez maiores economias do mundo, que incluem desde países com elevados níveis de bem-estar social, como a França e a Alemanha, aos com altos índices de pobreza, como a Índia, os programas de transferência de renda também estão presentes.

## Programas de Transferência de Renda pelo Mundo

País	Nome do programa	Ano de criação	Número de beneficiários	% da população beneficiada	Valor anual investido	% PIB
Argentina	Asignación Universal por Hijo	2009	8,2 milhões	19,8%	US\$ 2,792 bilhões	0,44%
Bolívia	Bono Juancito Pinto	2006	1,95 milhões	18,7%	US\$ 60 milhões	0,20%
Brasil	Programa Bolsa Família	2003	56,3 milhões	28,2%	US\$ 10,711 bilhões	0,47%
Chile	Ingreso Ético Familiar	2012	718 mil	4,1%	US\$ 381 milhões	0,14%
Colômbia	Más Familias en Acción	2001	11,5 milhões	23,8%	US\$ 852 milhões	0,22%
Equador	Bono de Desarrollo Humano	2003	5,9 milhões	37,2%	US\$ 1,062 bilhão	1,13%
França	Revenu de Solidarité Active	2009	5,3 milhões	8,0%	€ 595 milhões	0,03%
Paraguai	Tekoporã	2005	600 mil	9,8%	US\$ 42,5 milhões	0,14%
Peru	Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más Pobres)	2005	3,1 milhões	10,2%	US\$ 407 milhões	0,20%
Uruguai	Asignaciones Familiares – Plan Equidad	2008	528 mil	15,5%	US\$ 207 milhões	0,37%
Venezuela	Gran Misión Hogares de la Patria	2014	N/A	N/A	N/A	N/A

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

## Empresários marginalizam o programa com inverdades

Com apoio da mídia, uma parte do empresariado brasileiro marginaliza o Bolsa Família. Eles culpam o programa principalmente pela falta de mão de obra e afirmam que os R\$ 671,81 por família desestimulam as pessoas a trabalharem. No dia 26/02, num evento do banco BTG Pactual, em São Paulo, o empresário Rubens Menin, dono do Banco Inter, da CNN Brasil e de outras empresas, defendeu o fim do Bolsa Família e do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Esses dois programas juntos atendem cerca de 66 milhões de brasileiros, a grande maioria crianças, idosos, viúvas e pessoas com deficiência. Rubens Menin, que é multimilionário, demonstra total desprezo por esses brasileiros. Para ele, o que importa é o governo economizar dinheiro para pagar juros da dívida pública, cuja maioria dos títulos pertencem aos banqueiros, como ele mesmo, que lucram muito com as altas taxas de juros. O que Menin não disse é que o empresariado reclama da falta de mão de obra, mas, além de não investir em qualificação profissional, paga salários de fome, não oferece condições adequadas de trabalho e, na maioria das vezes, pratica assédio moral e explora os trabalhadores.